



Comissão de Pregão III

DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 122/2021

Processo Licitatório nº: 6.964/2020

Processo de Impugnação n.º: 02.138/2022

**REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 122/2021**

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa especializada em serviços de DEDETIZAÇÃO para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 12 (doze) meses.

**IMPUGNANTE: ANDRÉA ALVES DA SILVA.**

**IMPUGNADO: EDITAL**

Trata-se de **IMPUGNAÇÃO** interposta pela empresa **ANDRÉA ALVES DA SILVA**, com fulcro na Lei n.º 10.520/2002 e no Decreto n.º 1024/2019, subsidiados pela Lei n.º 8.666/93, por intermédio de seu representante legal, de forma **tempestivamente**, contra os termos do **Edital Pregão Eletrônico n.º 122/2021**.

Em tempo, informamos que esta Pregoeira e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 350 de 17 de fevereiro de 2022, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 22 de fevereiro de 2022, que constitui a Comissão de Pregão III, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Impugnação Administrativa, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Impugnação.

**I. DAS PRELIMINARES**



Comissão de Pregão III

Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento à impugnação, reconsideração das exigências, interesse processual e de tempestividade conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de impugnação já identificado, pelo que se passa à análise de sua alegação.

**II. DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE**

A impugnante alega, em síntese, que:

*“Portanto, a exigência de AFE deve ser totalmente excluída do edital, por não fazer parte das exigências de funcionamento da RDC 52/2009, Resolução que dispõe sobre o funcionamento de empresas especializadas na prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas.”*

*“Ainda neste sentido, afirma que o disposto no item 19.4 (Certificado de Vistoria técnica, vigente, expedido pelo Corpo de Bombeiros), não encontram fundamentos, uma vez que a Portaria Interministerial nº 482/99 dispõe sobre o uso difundido de gás oxido de etileno como agente esterilizante de materiais médico-hospitalares, o que não é o caso, em se tratando de empresas especializadas em serviços de dedetização.”*

*“Além disso, como já esclarecido acima, a RDC 52/2009 é a normativa aplicada às dedetizadoras e prestadoras de serviços de controle de vetores e pragas.”*

*“E, a RDC 52 não exige vistoria de Corpo de Bombeiros para o funcionamento de tais atividades.”*

*“Alega também que o edital DEIXA de exigir determinações essenciais contidas na RDC 52/2009, normativa que estabelece diretrizes, definições e condições gerais para o funcionamento das empresas especializadas na prestação de serviços de controle de vetores de pragas para garantir a qualidade e a segurança do serviço prestado e minimizar o impacto ao meio ambiente e à saúde de todos.”*



Comissão de Pregão III

*“Deve o Edital exigir dos licitantes, Comprovante de Registro junto ao Ministério do Meio Ambiente, através do IBAMA, do Cadastro Técnico Federal, bem como, exigir a apresentação dos documentos discriminados na RDC 52 de outubro de 2009...”*

*“Além disso, existe clara necessidade de alterar o edital, para que o mesmo exija a comprovação de Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, em virtude do objeto desta licitação ser o exercício de atividades potencialmente poluidoras.”*

*“Ademais, necessário que se exija do licitante a autorização do órgão ambiental competente para a atividade de controle e manejo ambiental de fauna sinantrópica nociva, nos termos da IN 141 de 19 de dezembro de 2006 do IBAMA.”*

III. DOS PEDIDOS DA IMPUGNANTE

Requer a impugnante:

*“...seja a presente IMPUGNAÇÃO julgada procedente, com efeito de deixar de exigir no edital a AFE e o laudo de vistoria do corpo de bombeiros e fazer constar no Edital as exigências de documentação relativas às disposições da RDC nº 52 da ANVISA de 22 de outubro de 2009, da Lei 6.938/81, IN 141 de 19 de dezembro de 2006 e IN 06 de 15 de março de 2013, ambas do IBAMA.”*

*“Requer ainda seja determinada a republicação do Edital, inserindo a alteração aqui pleiteada reabrindo-se o prazo inicialmente previsto, conforme §4º, do art. 21 da Lei 8.666/1993 e determinando nova data para o certame, como dispõe o §3º, do art. 24 do Decreto 10.024/2019.”*



Comissão de Pregão III

IV. **DA ANÁLISE**

Imperioso ressaltar que todos os julgados da administração pública estão embasados nos princípios insculpidos no art. 3º da Lei nº 8.666/93, conforme segue:

*“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.”*

Ressalte-se que tal disposição é corroborada pelo disposto no Decreto 10.024/2019:

*“Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos.”*

Dito isso, passa-se a análise do mérito da impugnação interposta pela empresa **ANDRÉA ALVES DA SILVA**.



Comissão de Pregão III

Inicialmente cumpre destacar que, esta pregoeira diligenciou ao setor responsável, tendo em vista tratar-se de questões técnicas, na forma que dispõe o **subitem 33.5 do edital**, diante das alegações trazidas.

Após análise das alegações da impugnante, o responsável na pessoa do Coordenador de Vigilância e Fiscalização Sanitária, Sr. Humberto Rodrigues Delegave Moura concluiu:

***“entende esta especializada que deverão ser solicitadas as licenças junto à autoridade sanitária e ambiental competente regional, estadual ou distrital a que o município pertença.”***

V. **DA DECISÃO DA PREGOEIRA**

Isto posto, com fulcro no art. 17, inciso II, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso II, do Decreto Municipal n.º 599/2020, subsidiada pelo parecer exarado pelo Sr. Humberto Rodrigues Delegave Moura (documento em anexo), e sem nada mais evocar, **CONHEÇO** da impugnação interposta pela empresa **ANDRÉA ALVES DA SILVA** no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 122/2021, e no mérito, **DOU PROVIMENTO**, pela alteração do Edital em comento.

Por fim, informamos que esta decisão será publicada na íntegra em <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/> e seu extrato em <http://www.comprasnet.gov.br>.

Nova Friburgo, 29 de junho de 2022.

Eliza Souza Machado  
Pregoeira – Comissão de Pregão III  
Matrícula: 106.380